

A atuação da SUDESUL nas políticas de desenvolvimento econômico no Litoral Sul de Santa Catarina (1970-1990)¹

Talita Alves de Messias/UNESC/ Bolsista PIBIC/CNPq – talita-alves@hotmail.com

Resumo: A partir de 1970, a microrregião litoral sul de Santa Catarina obteve maior destaque, tanto no cenário estadual como nacionalmente. Sendo a única região do país fornecedora de carvão coqueificável, e com base na pirita, a única fonte significativa de enxofre, desempenhou papel estratégico nas políticas nacionais de industrialização daquela década. Sendo assim, esta microrregião foi alvo de um projeto vertebrador, que unia a SUDESUL, e os Governos Municipais, Estadual e Federal: o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, sendo este um dos que recebia maior volume de verbas da superintendência. Dentro deste projeto, foram desenvolvidas ações para o desenvolvimento do complexo carboquímico catarinense, agropecuária (sobretudo na Bacia do Rio Mampituba), turismo, entre outros subprojetos. O objetivo deste artigo é estudar a atuação da SUDESUL especificamente nesta microrregião, principalmente através do Projeto Litoral Sul. O trabalho inclui uma introdução para discutir o planejamento estatal no país, e no segundo tópico é analisada a trajetória da autarquia no contexto das políticas nacionais de desenvolvimento regional. Em seguida, a microrregião dentro do planejamento estadual. No quarto tópico, as ações específicas da SUDESUL para o litoral sul catarinense, e por fim, as considerações finais deste estudo.

Abstract: Since 1970 the south coastal region of Santa Catarina has grown in prominence both statewide and nationally. Being the sole region in the country that supplied pyrite-based coking coal (the only significant source of sulphur) this played a strategic role in the national policies of industrialization that decade. Thus, this micro-region was the target of a project which united Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) with the Federal, State and Municipal governments creating the Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, which has received some of the largest funding from the superintendence. Within this project measures were taken to develop the carbo-chemical industry, agriculture (particularly in the Mampituba river basin) and tourism, among other sub-projects in the region. The aim of this paper is to study the performance of SUDESUL specifically in this micro-region, mainly through the Projeto Litoral Sul. The work will include an introduction to discuss state planning in the country, a second topic which will analyze the trajectory of the SUDESUL in a national political context, in relation to regional development, a third topic, for to look at the micro-region in the planning of Santa Catarina Government, and a fourth topic, the specific actions of SUDESUL on the south coast of Santa Catarina. Finally we will present some conclusions to this study.

Palavras-chave: Litoral Sul de Santa Catarina. Planejamento. História Econômica. SUDESUL.

Subárea: História Econômica e Social Brasileira

1. Introdução – O planejamento no Brasil

Com o liberalismo econômico como doutrina dominante e o *laissez-faire* como lema, foram necessários a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e a

¹Projeto Orientado pelo Prof. Alcides Goularti Filho

consequente Grande Depressão dos anos 1930, para que a idéia de intervenção governamental na economia ganhasse força, e o planejamento econômico passasse a ser mais amplamente discutido. No Brasil, houve ainda outro acontecimento que aliado aos fatores externos inaugurou este novo período: a Revolução de 1930 que iniciava a “Era Vargas”. Foi neste governo, início do nacional-desenvolvimentismo, que a utilização da intervenção estatal na economia passou a ser considerada uma política de Estado na busca pelo desenvolvimento do país, através da industrialização. A partir de então, vários planos foram desenvolvidos no sentido de planejar e controlar a economia brasileira. No Governo Vargas, houve dois planos: o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, em 1939 e o Plano de Obras e Equipamentos, em 1943. Neste período, com a falta em âmbito nacional de uma das bases da industrialização do país, o carvão mineral, o litoral sul de Santa Catarina passa a intensificar a mineração e exportar para as outras regiões.

Posteriormente, já no Governo Dutra em 1948, foi lançado o Plano SALTE, baseado no desenvolvimento da Saúde, Alimentação, Educação, e Transporte, não obtendo muitos resultados. O primeiro plano de maior complexidade foi o Plano de Metas (1956-1960), considerado um marco no processo de planejamento do país, tanto pela abrangência de suas metas, quanto pelos fortes impactos que ocasionou na economia brasileira. Assim, o planejamento para diminuição das disparidades regionais também foi intensificado nos anos de 1950, quando foram criados o Banco do Nordeste, em 1951, e posteriormente as autarquias de desenvolvimento regional da Amazônia, da região fronteira sudoeste do país e do nordeste brasileiro.

Com o sucesso do Plano de Metas, o que se seguiu aos “Anos Dourados” foi um período de instabilidades políticas e econômicas. Neste contexto foi criado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado em 1962 com a liderança de Celso Furtado. Devido a vários fatores, entre eles a própria instabilidade política do governo, o plano não obteve sucesso, mas tornou-se muito importante para a continuação do processo de planejamento brasileiro, que tomou outros rumos após o Golpe Militar de 1964. Os planos de maior destaque criados neste período foram o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966), o Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), e o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974). Os dois últimos se incluem no chamado de “Milagre Econômico”, especialmente entre os anos de 1969 e 1973, em que o país atingiu excepcionais índices de crescimento do PIB (enquanto do ponto de vista social aumentava a pobreza e a

concentração de renda). Durante o período do PND, foi desenvolvido o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, do qual fazia parte a SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul), que possuía um caráter estratégico no desenvolvimento industrial do país, devido principalmente a produção de carvão e enxofre. Com o entusiasmo causado pelos resultados do PND, foram criados ainda o II e o III PND, sendo que no II, 55,1% do total dos investimentos na região sul eram destinados apenas ao Projeto do Litoral Sul Catarinense (GOULARTI FILHO, 2007). Com o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Brasil, a partir do fim da década de 1970, os planos nacionais posteriores até 1990 foram mais destinados a estabilização econômica e sem grandes metas e realizações e, além disso, o volume de recursos destinados às autarquias de desenvolvimento regional passa a declinar, até 1985, quando retomam com a redemocratização (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011).

No contexto do processo de planejamento econômico no Brasil, serão discutidas ainda neste artigo as outras dimensões atingidas, como a questão regional e o planejamento do Estado de Santa Catarina, buscando analisar a atuação da SUDESUL na região litoral sul catarinense, onde foi desenvolvido um dos maiores projetos da autarquia.

2. Trajetória da SUDESUL dentro do contexto das políticas nacionais de desenvolvimento regional

A discussão sobre o planejamento destinado a diminuir as disparidades regionais no Brasil atingiu seu auge nos anos de 1950. Segundo o Relatório de Atividades da SUDESUL de 1989, a primeira grande instituição com esta finalidade foi o Banco do Nordeste.

“A criação da SUDESUL não constitui fato isolado, mas intencional manifestação da nascente estruturação, em nível federal, de um sistema institucional voltado a dar suporte à implantação de uma política de desenvolvimento regional no país. [...] A origem da concepção desse sistema remonta a 1952, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989).

Fundado em 1952 e atuando exclusivamente nos nove estados do Polígono das Secas como um órgão executor de políticas públicas, foi criado para atuar através de empréstimos a empreendimentos de caráter reprodutivo e a Prefeituras Municipais, podendo ainda realizar todas as operações habituais dos corretores e bancos ou

sociedades de investimento desde que promovam o desenvolvimento da região (BRASIL, 1952). Posteriormente, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), em 1956, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, sendo esta a de maior poder político e econômico. Estas superintendências eram entidades autárquicas destinadas a desenvolver as regiões superintendidas, de acordo com as especificidades de cada região. No norte, a SPVEA tinha como principal objetivo a ocupação da Amazônia, por questão de defesa do território nacional e o aproveitamento dos recursos naturais daquela área, no sentido do ideal civilizatório que via a floresta e a população nativa como empecilhos ao desenvolvimento (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011²). A SPVERFSP também atuava sobre área fronteiriça, ocupando-se da região sudoeste desde o Mato Grosso até o Rio Grande do Sul. Já a SUDENE, criada no auge do planejamento do país, deveria desenvolver a região que chegou a ser a mais rica no período colonial, mas que sofria com a própria política do processo de planejamento nacional, que centralizava o capital no Sudeste, aumentando ainda mais as disparidades regionais.

Após o Golpe de 1964, a maior preocupação da Ditadura Militar com a defesa do território nacional, e principalmente, a necessidade de adequar as políticas de desenvolvimento regional às estratégias nacionais, levou a uma intensificação das autarquias de desenvolvimento. As superintendências foram repensadas, extintas e recriadas com outras nomeações e novas atribuições: a SPVEA foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e em 1967, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a partir da extinta Fundação Brasil Central criada em 1943. Com o Decreto-Lei nº 301, de fevereiro de 1967, foi extinta a SPVERFSP e criada a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL), com o objetivo de controlar e coordenar a ação federal na área.

A SUDESUL surgiu então para substituir o modelo de atuação insignificante que vinha tendo a autarquia anterior, que teve aprovado seu primeiro Plano Diretor apenas dias antes de sua extinção (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011¹). Era uma autarquia de profundas contradições: a alta rotatividade de superintendentes, por exemplo, era um dos fatores que impossibilitava a continuidade de projetos e impedia que a autarquia desenvolvesse um planejamento para coordenar ativamente o

desenvolvimento da região. Para a mudança desse modelo fracassado de funcionamento, foram feitas algumas alterações na legislação da SUDESUL ao longo de sua trajetória. A primeira delas, e mais significativa, foi a mudança da área de abrangência do organismo, que ocorreu ainda em dezembro de 1967. Agora, a SUDESUL passaria a abranger toda a extensão dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passaria a chamar-se Superintendência da Região Sul. Em 1969 o nome é alterado novamente para Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Centralizando o poder de decisão no tocante às políticas de desenvolvimento para a região, foram firmados convênios entre a SUDESUL e entidades das mais variadas, como hospitais, universidades, secretarias dos estados, prefeituras municipais, empresas privadas e cooperativas, e recebeu apoio de instituições internacionais como a OMS (Organização Mundial da Saúde), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e OEA (Organização dos Estados Americanos) (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011¹).

Iniciando suas atividades, os primeiros projetos da autarquia eram ligados aos chamados “vazios socioeconômicos”, como pesca, turismo e recursos humanos, pesquisas referentes ao consumo de produtos industrializados e também à região sudoeste do Rio Grande do Sul, quando já foram desenvolvidos os estudos da primeira etapa do projeto Sudoeste I (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983 [2]), o primeiro projeto sub-regional da autarquia. Neste sentido, desenvolveu-se um Estudo de Comercialização e Distribuição de Pescados; foram criadas as Secretarias do Turismo dos Estados da região e cursos universitários para este setor. Atuou também na concessão de recursos aos governos estaduais para a estruturação de unidades de planejamento das Secretarias de Educação e Saúde. Auxiliou na implantação de Associações de Municípios e formulou políticas de desenvolvimento para os três estados, além de produzir estudos sobre os grandes agregados econômicos e indicadores sociais da região.

Após o período inicial, a SUDESUL consolidou sua atuação na região superintendida através do aumento de estudos, projetos e publicações. Um dos planos de maior destaque produzido pela autarquia no início da década foi o Plano de Desenvolvimento Regional, devido a uma solicitação do Ministério do Interior para planejamento do PND. Nos estudos desenvolvidos para o Plano, foram selecionadas mais duas áreas, além do Sudoeste-1: Noroeste do Paraná e o Litoral Sul de Santa Catarina. O quarto projeto sub-regional, de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim,

resultou da incorporação da Secretaria Executiva e a Assessoria Jurídica da Sessão Brasileira da Comissão da Lagoa Mirim à superintendência, em 1971. Esses quatro projetos eram os mais importantes da autarquia, e buscavam “dinamizar espaços que, ultrapassando a dimensão microrregional, apresentam potencialidades ao exercício de funções econômicas de realce sob a perspectiva estadual e/ou regional”. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978).

A área do Projeto Sudoeste-1 era formada por 19 municípios gaúchos, que sofriam com as recorrentes estiagens e enchentes. O projeto tinha como objetivo “criar um processo de desenvolvimento integrado na zona da campanha gaúcha, baseado em atividades hidroagrícolas” (SENADO FEDERAL, 1975). Já o Projeto da Lagoa Mirim, também no Rio Grande do Sul, foi criado a partir da Comissão Mista Brasileira-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM). O objetivo era o desenvolvimento do lado brasileiro da região atuando principalmente na agricultura através de projetos hidrológicos como a construção de uma barragem eclusa no Canal São Gonçalo, para impedir a entrada de águas oceânicas na lagoa. Por originar-se de uma comissão internacional, este projeto foi o que envolveu maior número de organismos internacionais. (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011¹). Apesar disso, segundo um artigo de Aramis Millarch publicado em 1974, em “face à limitação da capacidade operativa da SUDESUL, aos estabelecer sua política de gestão, os responsáveis pela autarquia resolveram concentrar recursos em atividades de impacto imediato: o Noroeste do Paraná e o Litoral Sul de Santa Catarina. (MILLARCH, 2012)

A região do Noroeste do Paraná possuía um dos maiores índices de densidade demográfica do país; metade da população e da atividade econômica do estado se concentravam nessa região, ainda que possuindo apenas um terço de seu território. Destacava-se na exportação de produtos agrícolas e por isso constou também como um dos projetos do II PND. Sendo uma das prioridades da autarquia, o projeto Noroeste do Paraná buscava adequar as atividades humanas à disponibilidade de recursos naturais, principalmente no controle à erosão. De forma distinta, o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina surgiu da necessidade de atuar ativamente no aproveitamento de seus recursos minerais, além de integrar seus municípios e melhorá-los no que diz respeito à infraestrutura.

Havia ainda os Programas Especiais da SUDESUL, como o de Proteção ao Meio Ambiente, que através de vários projetos buscava “orientar a conservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais”, e o Programa Especial do Oeste do

Paraná (SENADO FEDERAL, 1974). Este tinha como objetivo desenvolver estudos para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, analisar seus impactos na vida social e econômica da região, e evitar os consequentes problemas que adviriam nessas esferas. Atuou também no desenvolvimento de estudos demográficos, sobre o *Fenômeno Migratório da Região Sul* (1975), e também em outros projetos setoriais, sobre agricultura, indústria, transportes e turismo. Trabalhou junto a vários órgãos governamentais, como o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que estava presente no desenvolvimento dos quatro projetos sub-regionais.

A atuação da SUDESUL na segunda metade dos anos de 1970, foi no sentido de “maturação das ações iniciadas no período anterior” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989) e implementação física de alguns projetos, assim como se observa esse movimento nas outras autarquias de desenvolvimento regional. E, num movimento nacional, o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro no início dos anos de 1980, leva à consequente queda da disposição de recursos financeiros destinados às autarquias. E, apesar de a redemocratização a partir de 1985 aumentar consideravelmente as verbas destinadas às superintendências, os ajustes fiscais que passaram a ser feitos neste período, levaram a SUDESUL buscar justificar sua existência atuando na publicação de projetos, periódicos, estudos, relatórios, entre outros documentos. Porém, em 12 de abril de 1990, a Lei n. 8.029 (a mesma de extinção da SUDECO e outros órgãos federais), assinada pelo então Presidente Fernando Collor, extinguiu a SUDESUL, já dentro do projeto neoliberal que marcaria o Brasil pelos próximos anos.

3. O planejamento estadual de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina tem como característica de sua formação econômica a forte presença do capital de origem local. A colonização através da divisão territorial em pequenas propriedades na maior parte do território contribuiu para o desenvolvimento de uma economia de capital mercantil, diversificada, pautada nos setores tradicionais, levando a uma acumulação pulverizada e lenta. Além disso, a colonização por imigrantes alemães e italianos oriundos de regiões industriais e agrárias da Europa, e a difusão tecnológica advinda da Primeira Revolução Industrial, permitiram o desenvolvimento de pequenas atividades manufatureiras.

Todavia, o litoral sul catarinense possuía algumas especificidades. O Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, publicado em 1973, traz uma análise sobre as origens das possíveis causas do subdesenvolvimento desta microrregião abarcada pelo plano. As atividades econômicas de subsistência desenvolvidas pelos imigrantes açorianos e madeirenses no litoral, as formas de assentamento em pequenas propriedades (minifúndios), a própria formação econômica do país e a singularidade dos recursos naturais estariam entre essas causas.

Com efeito, este espaço não esteve atrelado a nenhum dos núcleos que se dinamizaram a partir dos ciclos que tiveram lugar em espaços geograficamente mais próximos (madeira em SC, gado no RS e café em SP). Foi uma área que, à exceção do entreposto marítimo de Laguna, esteve por mais de dois séculos isolada e, portanto, sem condições de receber estímulos externos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, p. 11).

Nos anos de 1930, a passagem da economia brasileira de agrária-mercantil-exportadora, para uma economia de importante base industrial e mercado interno a partir da economia cafeeira paulista, chamada de deslocamento do centro dinâmico, valorizou o carvão nacional com as políticas de obrigatoriedade de consumo de 10% deste (GOULARTI FILHO, 2007, p. 87). O carvão catarinense, que recebeu maior destaque com a falta do mineral a nível nacional durante a Segunda Guerra Mundial, não possuía as qualidades necessárias para atrair a siderurgia, o que mantinha o setor ainda mais dependente de outras regiões do país. Ainda assim, o período de diversificação e ampliação do capital industrial catarinense que vai de 1945 até 1962, demonstra que este estado, em geral, não necessitou de intervenção externa para este novo período, porque “a metamorfose do capital em Santa Catarina cumpriu sua função dinâmica” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 163); de origem local, desdobrou-se de capital da esfera mercantil a capital industrial e agroindustrial. Os setores de madeira, carvão, alimentos e têxtil, tradicionais no estado, se expandiram, e surgiram ainda as indústrias de cerâmica, metal-mecânica, papel e celulose e pasta mecânica. Com essa expansão e diversificação, começam a aparecer sérios entraves: o estrangulamento da energia elétrica, a deficiência nos transportes rodoviários e a falta de linha de crédito. Problemas estes, que vieram a ser solucionados a partir da intervenção estatal.

A primeira experiência de planejamento estadual em Santa Catarina foi o POE – Plano de Obras e Equipamentos, desenvolvido no governo de Irineu Bornhausen, em 1955. O plano foi mais um meio de manter sua candidatura nas eleições de 1960, do que um plano de desenvolvimento. Lançado no fim de seu governo, e com duração de 10

anos, “pode ser definido como um esquema parcial de investimentos públicos”. (MATTOS apud GOULARTI FILHO, 2007, p. 190). Entretanto, foi a partir de 1962 que pode-se dizer que houve em Santa Catarina, uma integração e consolidação do capital industrial, porque foi nesse período que as experiências de planejamento deram efetivos resultados no tocante a infraestrutura social básica de que necessitavam essas indústrias para se desenvolverem. Segundo Goularti Filho (2007, p. 186), “foi somente com o PLAMEG (1961-1965) que efetivamente o estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a estrutura social básica e para financiar o capital privado local”. O PLAMEG destinava a maior parte dos gastos totais em rodovias e energia, e em menor escala em educação, saúde e participação em crédito industrial.

Nos anos posteriores, foram criados os planos PLAMEG II (1966-1970), o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD, 1971-1974) e o Plano de Governo (1975-1978), que “podem ser classificados como planos com planejamentos, expressos em objetivos e com resultados concretos, afinados com as diretrizes nacionais.” (GOULARTI FILHO, 2010, p. 2). Investiram principalmente nas áreas de transporte, energia, financeira e telecomunicações. Nesse período, através do planejamento estadual, a infraestrutura social básica de Santa Catarina obteve profundas alterações, que permitiam o crescimento das indústrias catarinenses e a integração intrarregional, principalmente através do transporte e energia. “É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista, alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 186).

Todavia, a falta de financiamentos de longo prazo para maiores investimentos e ampliação da capacidade instalada do parque industrial, dificultava o crescimento das indústrias. Foi então desenvolvido no estado um novo sistema de crédito, em que o eixo seria o crédito ao investimento de longo prazo, a partir da criação de agências de fomento e programas de incentivos. A primeira agência de fomento foi o BDE (1962-1969), transformado em BESC em 1969 e com isso perdendo a característica de banco de fomento; mais tarde o BRDE (pós-1962) e o BADESC (pós-1975). Os programas de incentivos foram FUNDESC (1970-1975), PROCAPE (1975-1984) e o PRODEC (pós-1988). Assim, a atuação do Estado no desenvolvimento deste arcabouço financeiro e institucional, no sistema de crédito e na infraestrutura social básica, que impulsionou o crescimento, consolidação e integração da indústria catarinense; através desta

intervenção se pôde gerar um estado de expectativas favoráveis de retornos lucrativos, e condições concretas para sua efetivação. A forte presença estatal em Santa Catarina foi indispensável na atuação da SUDESUL no estado, já que buscava o desenvolvimento da região através da compatibilização entre as três esferas governamentais. Exemplo disso foi a influência e contribuição do PCD desenvolvido em 1970 para a criação do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, conforme será visto adiante.

4. A atuação da SUDESUL no litoral sul de Santa Catarina

Sendo o menor dos três estados da região, tanto em área territorial quanto em número populacional, Santa Catarina possuiu um dos dois mais importantes projetos sub-regionais da SUDESUL: o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina. Este e o Projeto Noroeste do Paraná receberam a maior concentração de recursos da autarquia, “pois se integram em um esquema qualitativamente superior de ação de planejamento e se enquadram de uma forma operacional mais eficiente não somente dentro da estratégia regional, como também dentro da política de gestão da SUDESUL”. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974). Os dois projetos abarcavam microrregiões de importância estratégica à economia nacional, tanto que foram incluídos no II PND. O Noroeste do Paraná, porque tinha grande participação nas exportações nacionais, chegando a 12% em 1970; e o litoral sul pelos recursos minerais.

A origem do Projeto Litoral Sul remonta a 1970, quando foi criado o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, no Plano de Ação do Governo Colombo Salles. Em meio à elaboração do PCD, foi apresentado pela AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Laguna) o documento “Programa Micro-Regional de Desenvolvimento”, elaborado juntamente a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC). O documento agregava alguns projetos ao Plano de Governo como a implantação do complexo carboquímico no sul do Estado, iniciando com a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). A preocupação do Governo Federal com o setor, foi reafirmado com a modernização da política do carvão em 1968, através do Decreto nº 62.113, de 12 de janeiro, em que justificava a ação com as seguintes considerações:

[...] a importância e a significação do aproveitamento do carvão nacional para o desenvolvimento econômico do País;

[...] a necessidade de ser reestruturado o complexo carbonífero de Santa Catarina de modo a aumentar a sua eficiência e a eliminar progressivamente o regime de subvenção a que está sujeito;

[...] que a estabilidade da indústria carbonífera catarinense depende da criação de condições que permitam o consumo equilibrado dos produtos e subprodutos resultantes do beneficiamento do carvão;
[...] que se faz mister dotar a Comissão do Plano do Carvão Nacional de um órgão de ação pronta e dinâmica para atender aos problemas da indústria carbonífera. (BRASIL, 1968)

Aliado a isso, estudos desenvolvidos pela FESSC, SUDESUL e outros órgãos “diagnosticaram, a par de uma situação de grave estagnação e agudo subdesenvolvimento regional, excepcionais potencialidades de desenvolvimento” (SANTA CATARINA, 1974), resultando na definição do sul catarinense como região especial de planejamento para o Governo do Estado, e a ICC como prioridade industrial. A SUDESUL e outros organismos federais passaram a considerar a área como de programação especial. Em 1972, o Termo de Acordo 03/72, unia as ações da autarquia e do Governo do Estado de Santa Catarina para desenvolvimento coordenado do Litoral Sul, “cujo objetivo básico era criar um pólo industrial, a partir dos recursos naturais locais, transformando-o em elemento indutor do desenvolvimento” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976). Neste contexto foi criado o Projeto Litoral Sul, abrangendo uma área de 9,6 mil km² formada por 32 municípios. Para tanto, foi instituída a Secretaria Executiva do Projeto, com representantes em igual número da SUDESUL e do Governo do Estado; e elaborado o “Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina”, publicado em 1973. Este considerava que:

“a função que a área deve exercer no contexto da macrorregião sul e, de modo especial, no Estado de Santa Catarina, é a de fornecer insumos essenciais para o desenvolvimento do setor agropecuário e industrial através da implantação de um complexo carboquímico, de cujo funcionamento resulta numa produção significativa de fertilizantes. No contexto do sistema brasileiro a função que deve exercer é produzir insumos atualmente importados com a finalidade de economizar divisas” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, p. 21)

Para tanto, o Plano separou os projetos a serem desenvolvidos em três categorias: projetos vertebradores, decorrentes e emergentes. Os projetos vertebradores, eram relacionados à água potável e ao complexo carboquímico de Imbituba. Após constatar-se que apesar de a região estar cercada de água, não havia água potável o suficiente que abastecesse o parque industrial que seria implantado, iniciou-se um trabalho sobre a hidrologia da região sobretudo nos municípios de Laguna, Imaruí e Imbituba, nos rios D’Una e Capivari. Já o complexo carboquímico, foi um projeto de maior envergadura, com foco do Governo Federal, e que já estava inclusive em

processo de implantação. Nos projetos decorrentes, se incluem a infraestrutura urbana e viária, abastecimento de produtos agropecuários, formação de recursos humanos e energia elétrica, todos para dar suporte principalmente ao complexo carboquímico. E por fim o projeto emergente, o turismo, que tinha para a microrregião um subprojeto específico dentro do Plano Regional de Turismo, com ações referentes à infraestrutura como vias de acesso aos municípios, sinalização turística e obras de paisagismo (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973).

Na economia do litoral sul catarinense, o carvão ocupou papel de comando até meados dos anos de 1970, sendo que a partir daí a diversificação econômica foi se desenvolvendo e só se consolidou na década de 1990. Assim compreende-se o porquê de o Complexo Carboquímico Catarinense (CCC) receber o destaque do Projeto Litoral Sul. Até a criação deste, as unidades que formavam o CCC eram: as minas de carvão, a Estrada de Ferro Teresa Cristina, o Lavador de Capivari, a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda e o Porto de Imbituba. Pretendia-se com o Projeto, além da manutenção e melhoramento destas unidades, a construção de outras, como as Usinas de Gaseificação, a Indústria de Fosfatos Catarinense, a Siderúrgica Sul Catarinense (Sidersul) e a ICC, tendo sido esta última a única efetivada, como veremos adiante. A Sidersul, já era a segunda tentativa de criar uma siderúrgica na região (a primeira foi transformada em ICC), e foi defendida pelo governo estadual a partir de 1971, tendo apoio de empresários, da SUDESUL e do Governo Federal, e sendo incorporada ao Projeto Litoral Sul. Através deste, a SUDESUL desenvolveu estudos de viabilidade de da implantação da siderúrgica. Porém, apesar dos esforços, o projeto foi abandonado em 1985, tendo decorrido até mesmo uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigação do destino de todos os recursos que foram despendidos no Projeto Sidersul (GOULARTI FILHO, 2004).

Outro grande projeto da superintendência na região foi o Projeto Sombrio, mais tarde ampliado para toda Bacia do Rio Mampituba, atingindo também a cidade de Torres no Rio Grande do Sul. Criado para o melhor aproveitamento das águas e terras da região, e sendo esta de economia agropecuária, o projeto se tornou um dos mais importantes dentro do Litoral Sul, sobretudo em fins dos anos de 1970 e início da década de 1980, quando foram iniciadas as obras. Houve também o Projeto de Organização Comunitária (POC), com o objetivo de integrar a região. Outro trabalho de destaque, foram os Termos de Referência do Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina, desenvolvido juntamente as associações de municípios da região. Assim,

apesar do setor carbonífero receber maior destaque, a SUDESUL atuou ainda em outros ramos, e após um maior aprofundamento sobre o que foi a ICC, o maior projeto, nos ocuparemos de descrever estas outras ações.

4.1 Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) e o Complexo Carboquímico Catarinense (CCC)

A Indústria Carboquímica Catarinense S.A., originária de um projeto que criaria uma siderúrgica no Estado pertencente ao Grupo PETROFÉRTIL, foi criada em 1969, pelo Decreto-Lei nº 631, de 16 de junho. Segundo o Decreto-Lei, a sociedade teria por objetivo principal a implantação, no Estado de Santa Catarina, de um complexo industrial, para melhor aproveitar o carvão mineral e as piritas carbonosas produzidas no Estado, bem como a exploração de indústrias que direta ou indiretamente, se relacionassem com esse objetivo (BRASIL, 1969). Seriam produzidos então ácido sulfúrico, ácido fosfórico e seus derivados. Com a crença de que a ICC atrairia outras indústrias para a região, era necessário preparar o município de Imbituba para recebê-las. Através de um Plano Diretor para o município, passou-se a planejar o Complexo Carboquímico de Imbituba, questões estruturais como o Porto de Imbituba, a disponibilidade de água potável do município, além do sistema viário e equipamentos.

As obras necessárias ao Porto – aumento da capacidade, aquisição de equipamentos, instalações de estocagem e outras obras – e as obras de infraestrutura e urbanização da cidade de Imbituba – abastecimento de água e energia, melhorias em estradas e construção de rodovias e de ramais ferroviários, etc. – se iniciaram durante a implantação da ICC e modificaram consideravelmente o aspecto da cidade. Parte das verbas para as obras de infraestrutura no município de Imbituba foram proporcionadas pelo Projeto Litoral Sul. (MORAES, 2004)

Foram desenvolvidos também, um Plano de Organização Físico-Territorial e um processo de controle ambiental. Deste último, resultou o “Diagnóstico e Dimensionamento da Problemática Ambiental da Mineração do Carvão no Sul do Estado”, com a colaboração da SUDESUL e concluído em 1978, que aponta a contaminação da rede hidrográfica e os depósitos irregulares de rejeitos piritosos como sendo os maiores problemas. Os estudos sobre o tema continuaram sendo desenvolvidos, e em 25 de março de 1980 a região carbonífera foi considerada pelo Presidente da República como sendo a 14ª Área Crítica do país, através do Decreto 85.206. Por isso deveria ser feito controle da poluição para conservar a qualidade

ambiental da área. Em 10 de dezembro de 1983 foi celebrado um Protocolo entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado de Santa Catarina, que tinha como objetivo controlar a poluição e definir e implantar as obras de saneamento, resultando no “Plano de trabalho para o controle ambiental na região carbonífera de Santa Catarina”, publicado em 1984. Neste plano, trabalhariam os Governos Estadual e Federal, através de seus representantes como a SUDESUL. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1984).

Com o maior número de estudos, a atuação do Projeto Litoral Sul foi aumentando e se diversificando. A ICC era apenas um dos projetos do Governo na microrregião; estava prevista também a ampliação da Termoelétrica Jorge Lacerda. A partir dessas unidades que foram criadas no CCC, foram desenvolvidos vários estudos de viabilidade, tanto técnica quanto econômica, para indústrias complementares, onde a maioria seria reservada ao setor privado. Entre estas indústrias, estariam a usina siderúrgica, unidades de fertilizantes, de bloquete de gesso, de alumina, de ácido fluorídrico, de criolita artificial, de fluoreto de alumínio e de cimento, com vistas a compor o complexo carboenergético. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983 [2], p. 107).

Com o segundo Choque do Petróleo, em 1979, novos investimentos foram feitos na Usina Termoelétrica e no Porto de Imbituba, mantendo a proteção estatal ao carvão catarinense como alternativa energética. Entretanto, na década de 1980 as ações da SUDESUL se concentraram mais nos projetos hidrográficos relacionados ao setor agropecuário. A partir de 1986, ocorreu uma crise na indústria carbonífera catarinense, quando a produção de carvão e o nível de emprego foram reduzidos drasticamente. A esse fenômeno, atribui-se o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Estado, que na busca pela estabilização econômica reduziu a proteção que oferecia ao setor. Desta forma, a ICC foi apresentando maiores prejuízos; chegou a ter um recorde de produção em 1988 com alto lucro, mas após este ano foi decaindo novamente, até entrar no Programa Nacional de Desestatização e fechar em 1990.

4.3 Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro

O sul catarinense, no que diz respeito a agropecuária, é caracterizado por minifúndios e policultura. Segundo o Ministério do Interior (1976), 17,3% da área total da região representava áreas cultivadas, e 24,5% pastagens, mas os maiores problemas

da região neste sentido eram as áreas inutilizadas ou subutilizadas, devido ao regime hidrográfico ou ao tipo de solo.

Adicionando as áreas atualmente subutilizadas – cobertas por cerrados, capoeiras, arenosas e inundadas periodicamente – e deduzidas aquelas destinadas a florestas de preservação permanente, obtém-se, como resultado, que cerca de 35% da área global, ou seja, algo como 300.000 ha seriam incorporáveis à economia desde que, mediante pesquisas, sejam encontradas as culturas mais adequadas para as zonas arenosas e as revestidas de cercados, capoeiras e sejam implantadas obras de contenção de cheias. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976)

Assim, justificaram-se estudos mais aprofundados para o melhor aproveitamento dos solos, dando origem a um Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro. Foi definida em 1974, uma área localizada na cidade de Sombrio, no chamado Banhado Sombrio, que serviria como uma experiência piloto para implantação do projeto no sul catarinense. Este projeto englobava uma superfície de 15.200 ha, e destinava-se a proteger essa superfície contra as cheias e recuperar 2 mil hectares, para que fossem assentadas 102 famílias e pudesse se desenvolver a produção hortifrutigranjeira (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983², p. 107). Para atuar neste projeto, a SUDESUL passou a ter um escritório no município localizado no Morro do Bino, estando ali a sede da gerência e equipe de obras.

Em 1976, foi publicado o Termo de Referência do Projeto Sombrio, e entre 1977 e 1983, foram desenvolvidos estudos pedagógicos, hidrológicos e climatológicos. A região do Banhado Sombrio oscilava periodicamente entre cheias e secas, e por se tratar de zona rural, a economia da região ficava muito vulnerável as intempéries da natureza. Desta forma, o projeto buscava atuar de forma a adequar a natureza à atividade humana. Utilizando os reservatórios interligados dos rios Leão e Bonito estipulou-se quatro setores dentro da área:

- Setor 1 - Plano de Assentamento de Populações (PAP – 2.200 ha): destinado ao assentamento de produtores em terrenos de 20 ha, a área era rica em solos orgânicos e planejava-se cultivar produtos mais nobres. O sistema de irrigação era com águas conduzidas pelos reservatórios integrados dos citados rios.

- Setor 2 - Plano Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI – 1.900 ha): também desenvolvido para a atividade agrícola, este plano era destinado a uma área de pequenas propriedades produtoras de arroz, milho e pastagens, e através do sistema de irrigação por gravidade, utilizava os reservatórios interligados.

• Setor 3 – Área Pecuária Intensiva (API – 2.000 ha): neste setor, as águas da Barragem do Rio Mampituba tiveram um desvio para o Rio Canoas, através da Obra de Derivação do Rio Mampituba. Havia também nesta área uma reserva ecológica do projeto de desenvolvimento, com intenção de ser “o centro irradiador e catalizador das atividades destinadas à preservação do ecossistema existente” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983 [1]).

• Setor 4 – Irrigação da Costa do Rio Canoas (ICC 2.000 ha): integrado ao setor 3, tinha o mesmo manancial de irrigação.

Já o sistema de drenagem, que engloba os quatro setores, tinha como principais coletores os Rios Leão e Bonito, convergindo também para o Rio Canoas e seus efluentes. Planejava-se a canalização e a barragem dos Rios Leão e Bonito, que interligadas visavam a acumulação de água, garantindo uma vazão que permitisse irrigar as lavouras pertencentes ao projeto, além de controlar essa vazão no período de cheias para impedir a inundação da área.

A partir de 1979, o projeto entra em uma nova fase: a execução das obras, que até 1983 chegaram aos seguintes resultados:

Tabela – Obras executadas no Projeto Sombrio até 1983

Obras	Quantidade
Execução de canalizações	23.300 m
Construção e melhoria de estradas	6.500 m
Rede de eletrificação	400 m
Estação de bombeamento	1 un.
Edificações	1.000 m ²
Pontes de concreto	4 un.
Saltos hidráulicos em gabiões	4 un.
Pontilhões de estrutura metálica e madeira	8 un.
Galerias pré-moldadas de concreto	1 un.
Bueiros	20 un.

Fonte: Ministério do Interior, 1983 [1]

Além disso, foram recuperados cerca de 2.000 ha, sendo utilizados para produção de arroz, milho e fumo. A partir dos resultados do Projeto Sombrio, pôde-se ampliar o Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro. Para tanto, foi desenvolvido o Projeto da Barragem do Rio Mampituba, que encobria uma área de 78.500 ha na bacia hidrográfica deste rio. Situava-se entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do

Sul, nos municípios de Praia Grande, São João do Sul, Jacinto Machado, Sombrio e Araranguá, em SC, e Torres no RS, estando neste último mais um escritório da SUDESUL, com gerência e equipe de obras desse projeto. Em maio de 1983 foi publicado o Plano Diretor de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba, em que o Projeto Sombrio foi apresentado com um subprojeto deste.

Segundo o Plano Diretor, 90% da população destes municípios integrantes do projeto vivam em áreas rurais, e pela localização estratégica em que se encontra, entre Porto Alegre e Florianópolis, e acerca Criciúma, Tubarão e Imbituba, o projeto previa atingir diretamente a população da região com a produção alimentícia, sobretudo hortigranjeira. Apesar de possuir também estabelecimentos industriais e de serviços, 90% do emprego era ligado à agropecuária, contrastando com os 25% da renda advinda deste setor. Especificamente, o Projeto abrangia 28,4% da área desses municípios, e 43,6% da Bacia do Rio Mampituba, e dentro dessa área, eram produzidos: banana, abacaxi, fumo, milho, feijão, suínos e produtos olerícolas, sendo todos eles destinados ao consumo interno. O Projeto tinha base no convênio entre SUDESUL, DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) e Governo do Estado de Santa Catarina, participação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, apoio financeiro do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), e foi dividido em três programas: de ajustes físico-territoriais, de produção e de serviços de apoio. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983¹)

Um dos maiores legados deste projeto, concluiu-se após a extinção da autarquia, em 1991: a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio. Solicitada pelo prefeito do município de Sombrio ao Ministro da Educação, a escola auxiliaria na manutenção dos jovens no campo e formação técnica destes. Aprovado o pedido a escola começou a ser construída em 1988, no então Distrito de Santa Rosa (BITENCOURT, 2009).

4.2 Projeto de Organização Comunitária Litoral Sul

Em convênio entre a SUDESUL, Governo do Estado de Santa Catarina e as associações municipais da Região de Laguna (AMUREL) e do Sul de Santa Catarina (AMSESC), o Projeto de Organização Comunitária Litoral Sul tinha como objetivo inicial integrar a região. A origem do projeto está na criação do Projeto Litoral Sul e na enchente de março de 1974 do Rio Tubarão, atingindo grande parte das cidades da microrregião sul de Santa Catarina. A enchente trouxe muitos prejuízos: a EFDTC foi

destruída em mais de 50%; houve prejuízos na BR 101, a rede telefônica entrou em colapso; a Usina Jorge Lacerda foi invadida pelas águas e permaneceu fora de operação por 30 dias; problemas na água e esgoto em Criciúma, Lauro Müller, Nova Veneza, Içara, Morro da Fumaça, Orleans e Tubarão, sendo que esta última teve 90% da área atingida, com muitos prejuízos na habitação e estrutura urbana. Toneladas de entulho se acumularam em Tubarão, ocorrendo assim uma grande evasão populacional. Morreram 195 pessoas, milhares ficaram desabrigadas e muitas desaparecidas. Em estado de calamidade pública, o município recebeu visita de vários representantes de órgãos federais e estaduais, e auxílio de municípios vizinhos. Com isso, a produção dos municípios da AMUREL reduziu-se a quase zero primeiro mês após a enchente, considerado período de emergência, enquanto em Tubarão permaneceu nessa situação durante dois meses. Quanto ao desemprego, que tinha alto nível antes da tragédia, acabou por diminuir com a necessidade de reconstrução da cidade, porém com a incerteza da continuação das obras.

Diante desse quadro, e na conjuntura do Projeto Litoral Sul, desenvolveu-se a necessidade de um Projeto de Organização Comunitária (POC) para “preparar a população regional para responder adequadamente à situação emergente” (SANTA CATARINA, 1974). O POC, tendo desenvolvido algumas ações a curto, médio e longo prazo, visava não apenas ações emergenciais, mas manter-se atuando juntamente ao Projeto Litoral Sul. Havia ainda uma importância estratégica do projeto: a enchente atingiu setores do complexo carbonífero, que já neste ano recebia maior atenção:

“Com a crise petrolífera que tomou conta de praticamente todo o mundo na segunda metade do ano passado, alertando a todos para o problema energético, as reservas de carvão de cada país passaram a se constituírem um patrimônio de grande valor, isto ocorreu em virtude de ser o carvão a segunda grande fonte de energia mineral, seguindo de perto o binômio petróleo/gás. Com isso, escassearam ainda mais as ofertas de carvão estrangeiro, que teve seus preços elevados vertiginosamente. Desta forma, o carvão brasileiro e principalmente o catarinense, embora, ainda não conte com a mecanização e as melhorias de serviços auxiliares, já se encontra em condições de competir, em termos de preços e aproveitamento, com o carvão importado.” (SANTA CATARINA, 1974)

Assim a implementação do POC iniciou-se em abril de 1974, sob responsabilidade da Secretaria dos Serviços Sociais e SUDESUL. Participaram os prefeitos das cidades pólos e presidentes das fundações educacionais para indicar candidatos a integrar o projeto, e com as equipes constituídas organizou-se um curso de capacitação para as mesmas. Em 27 de maio iniciaram-se as atividades, e desenvolvidas

até 20 de setembro, resultaram no Relatório final da 1ª etapa do POC: o Perfil Socioeconômico Comunitário. Segundo o documento, a concepção do projeto era a busca por “ênfasis no desenvolvimento sócio econômico da área através de subprojetos nos setores de mineralogia, agricultura, pesca e turismo, preocupando-se com a promoção social da população radicada” (SANTA CATARINA, 1974). Nos três primeiros meses, desenvolveram atividades em todos os municípios: para elaboração do perfil das necessidades levantadas, por exemplo, foram remetidos questionários às prefeituras dos municípios da região, e assim escolhidos os projetos prioritários para cada um; fez-se também um trabalho de conscientização da comunidade para necessidade de organização e autopromoção. Feito isso, foram definidos os projetos abrangentes da região:

- Acompanhamento da operação ACISO 74, com utilização de recursos desta;
- Projeto Habitacional;
- Plano de Prevenção de Marginalização do Menor;
- Estudo e Organização Comunitária da AMUREL e da AMSESC;
- Projeto de Capacitação de RH da Região Sul.

Também foram definidos projetos específicos à AMUREL e à AMSESC. Este relatório foi desenvolvido pelas associações de municípios, para apresentar os trabalhos realizados nos três primeiros meses de atuação do POC, e enfocou a atuação dos governos federal, estadual e municipais frente à enchente de março de 1974 na região de Tubarão. Desenvolveram-se ações para o desenvolvimento da região, e dada a urgência de várias delas, devido as consequências da enchente, muitos dos projetos que deveriam no citado documento serem apenas apresentados para uma posterior avaliação, foram sendo implementados ao longo do desenvolvimento do mesmo. Percebe-se, desta forma, que o apoio que o POC deu ao Projeto Litoral Sul foi não só no sentido de desenvolver estudos sobre a região, mas mesmo no desenvolvimento e implementação de projetos.

4.3 Outros projetos e documentos

A SUDESUL, conjuntamente a outros órgãos federais, estaduais e municipais, desenvolveu ainda outros projetos e documentos com intuito de promover o desenvolvimento especificamente da microrregião sul catarinense, sobre os quais nos ocuparemos a seguir:

• **Termos de Referência do Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina:** publicado em 1976, também pela SUDESUL em conjunto à AMSESC e AMUREL, teve apoio da FESSC, FUCRI e consultores independentes para ser desenvolvido. Apresenta uma análise da realidade sul catarinense, hipóteses, diretrizes e ações prioritárias à região, e é dividido em dois volumes.

• **Recursos Humanos:** esta era uma preocupação da autarquia para com os três Estados da Região Sul. No litoral sul catarinense, preocupou-se com a criação de cursos para formação de mão de obra que atuasse tanto no setor carbonífero, quanto na cerâmica (forte setor na região de Criciúma), e também no planejamento e desenvolvimento econômico, já que a falta de técnicos para atuar na área era esta uma das reivindicações da superintendência. Teve como órgão coordenador o Centro de Educação Permanente da Fundação Educacional de Santa Catarina.

• **Turismo:** considerado um projeto emergente no Projeto Litoral Sul, buscava atuar sobre a rede rodoviária integrando a região, e sobre as áreas turísticas, de forma valorizar esta atividade econômica.

• **Pesca:** em 1969 foi executado no litoral sul catarinense um projeto de assistência técnica à pesca, oriundo de estudos realizados entre 1968 e 1971 sobre Comercialização e Distribuição de Pescado na Região Sul.

5. Conclusões

Na maior parte do período de existência da SUDESUL, o país estava sendo governado por uma Ditadura Militar. Assim, percebe-se nos vários projetos, programas e estudos da SUDESUL, um forte caráter militar, de proteção ao território, exploração de recursos naturais e a busca pela soberania nacional, o que em Santa Catarina temos como maior exemplo, o Projeto Litoral Sul. A microrregião sul catarinense possuía importância estratégica à economia nacional e grande potencial econômico. Essas duas características justificavam um projeto vertebrador. Aos olhos de uma superintendência de desenvolvimento regional, era um modo de integrar a região à economia nacional e modificar toda sua estrutura social; aos olhos militares, a função de fornecedora de uma das bases da industrialização brasileira. Apesar disso, a SUDESUL teve conturbada trajetória no tocante aos recursos disponibilizados para sua atuação, de forma que o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, integrando políticas dos Governos

Municipais, Estadual e Federal, teve o diferencial dentro da autarquia de receber recursos disponibilizados diretamente pelo II PND. Isso para o Complexo Carboquímico, já que não ocorreu o mesmo com os outros subprojetos nesta microrregião.

A SUDESUL desenvolveu e coordenou estudos e projetos para viabilizar todas essas ações. Através dos documentos publicados pela superintendência, pode-se analisar em cada período a influência que a conjuntura nacional foi levando aos projetos. Além do citado PND, houve as políticas de defesa ao Primeiro Choque do Petróleo em 1973, que utilizavam o carvão como fonte energética alternativa, levando ao Projeto Litoral Sul pesados investimentos, principalmente para implantação da Indústria Carboquímica Catarinense e ampliação da Usina Termelétrica Jorge Lacerda. Em 1979, no Segundo Choque, a região foi alvo novamente de investimentos, desta vez ampliando a ICC e reaparelhando o Porto de Imbituba, utilizado para dar vazão à produção carboquímica.

Já nos anos de 1980, a atenção da superintendência foi mais voltada ao Projeto Sombrio, piloto à implantação de projetos hidrográficos destinados ao desenvolvimento econômico do setor primário na Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba. O setor carbonífero, se mantinha ainda em alta produção, o que manteve a microrregião num processo de crescimento muito diferente do momento de recessão econômica em que estava o país. Na segunda metade da década, com o aumento da dívida externa, a crise fiscal e financeira do Estado, e a busca pela diminuição da ação estatal em prol da estabilização econômica, a proteção à atividade carbonífera nacional começou a ser desmontada, mas ainda se manteve alguma proteção de modo que pôde manter a produção. Já a SUDESUL, apesar de a redemocratização trazer um aumento dos recursos despendidos à ela, o apoio político aos projetos por ela desenvolvidos foram perdendo força, até sua extinção em 1990, consequente de um projeto neoliberal de reduzir a atuação do Estado.

Referências bibliográficas

BITENCOURT, Fernando Dilmar. **A educação profissional técnica de nível médio e o desenvolvimento local/regional:** um estudo sobre a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio na microrregião do extremo sul catarinense. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Educação, Departamento de Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4239/1/2009_FernandoDBitencourt.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 62.113, de 12 de janeiro de 1968. **Dispõe sobre a estruturação da Comissão do Plano do Carvão Nacional, sobre a importação, consumo e produção de carvão mineral e dá outras providências.** Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. Decreto-lei nº 631, de 16 de Junho de 1969. **Altera a denominação da Siderúrgica de Santa Catarina S.A. e dá outras providências.** Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. Lei 1.649 de 19 de julho de 1952. **Cria o Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências.** Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 473 p.

_____. **Siderúrgica Sul Catarinense (Sidersul):** a persistência de um fracasso. In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 400 p.

_____; ALMEIDA, André Scholl de; MESSIAS, Talita Alves de. **A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990.** In: V Encontro de Economia Catarinense. Florianópolis, 2011¹. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/. Acesso em: 15/01/2012.

_____; ALMEIDA, André Scholl de; MESSIAS, Talita Alves de. **Instituições e Desenvolvimento: uma análise comparativa da trajetória econômica e financeira das superintendências de desenvolvimento regional no Brasil 1970-1990.** In: 5tas. Jornadas de Historia Económica, 2011, Montevideo. Quintas Jornadas de Investigación. Montevideo, 2011².

MELLO, João Manuel Cardoso de; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (Org.). **Reflexões sobre a crise atual.** In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.** 4. ed. Campinas: Unicamp, 1998. p. 161-183.

MILLARCH, Aramis. **Projetos da SUDESUL.** (Artigo de Aramis Millarch originalmente publicado em 13 de julho de 1974). Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/projetos-da-sudesul>. Acesso em: 27 jan. 2012.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina.** Porto Alegre: SUDESUL, 1973.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Superintendência Adjunta do Planejamento. **As funções da região sul no âmbito do sistema nacional e a ação da SUDESUL.** Porto Alegre, 1974

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Termos de Referência – AMSESC e AMUREL.** Relatório Final. Vol. 1. Tubarão, 1976.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **SUDESUL: 10 anos de atividades – 1967-1977.** Porto Alegre: SUDESUL, 1978.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Plano diretor de desenvolvimento da bacia do Rio Mampituba**. Porto Alegre: SUDESUL, 1983 [1]. 278 p

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Região Sul em Perspectiva**. Porto Alegre: SUDESUL, 1983. [2]

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Plano de trabalho “para o controle ambiental na região carbonífera de Santa Catarina”**. Porto Alegre: SUDESUL, 1984.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Relatório de atividades - 1989**. Porto Alegre: SUDESUL, 1989.

MORAES, Fábio Farias de. **A Indústria Carboquímica Catarinense (ICC): uma solução ou um problema?** In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 400 p.

SANTA CATARINA. Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina. **Projeto de organização comunitária litoral Sul - SC: relatório final: 1ª etapa**. Florianópolis: 1974. 145 p

SENADO FEDERAL. **V encontro de estudos e debates: o II PND e os programas de desenvolvimento regional no Estado de Santa Catarina**. Brasília: Senado Federal, 1975. 263 p.